



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI



INFÂNCIA, POBREZA E ASSISTENCIALISMO EM SÃO LUÍS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Rita de Cássia Gomes Nascimento*

RESUMO

Aborda-se a infância desvalida em São Luís, especificamente, nas primeiras décadas do século XX, através da atuação do *Instituto de Assistência à Infância do Maranhão* (1911-1939). Para tanto, analisa-se o papel e a natureza desta instituição de caráter privado e filantrópico através da descrição de sua organização e funcionamento. Tal enfoque serviu como pano de fundo para se compreender as condições sociais das crianças pobres no período pesquisado; e o sentido do discurso assistencial – aliado ao da medicina social, higiene, eugenia e puericultura – que fundamenta a implementação da prática institucional. Considera-se ainda as aspirações elaboradas no curso da ordem republicana que pretendia inserir novas concepções de progresso, civilização e cidadania aos sujeitos e aos espaços urbanos.

Palavras-Chave: Infância. Pobreza. Assistencialismo. Instituto de Assistência à Infância do Maranhão

ABSTRACT

It is approached the infancy desvalida in São Luís, specifically, in the first decades of century XX, through the performance of the Institute of Assistance to the Infancy of the Maranhão (1911-1939). For in such a way, one analyzes the paper and the nature of this institution of character private and philanthropic through the description of its organization and functioning. Such approach served as deep cloth of understanding the social conditions of the poor children in the searched period; and the direction of the assistencial speech - ally to the one of the social medicine, hygiene, eugenia and puericultura - that bases practical implementation of the institucional one. One still considers the aspirations elaborated in the course of the order republican whom it intended to insert new conceptions of progress, civilization and citizenship to the citizens and to urban spaces.

Word-key: Infancy, Poverty, Assistencialismo. Instituto de Assistência to the Infancy of the Maranhão

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a infância pobre na capital ludovicense, especificamente nas primeiras décadas do século XX, por meio do assistencialismo de caráter privado e caritativo-filantrópico do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão.

Situa-se o assistencialismo à criança desvalida nas primeiras décadas do século XX como o conjunto de discursos e práticas implementadas pela elite local representada por

* Graduada em História; Graduanda em Pedagogia

alguns intelectuais, como é o caso de Fran Paxeco (1874-1952); por filantropos, médicos, “senhoras bem nascidas” e pelo poder público estadual que também, subsidiava estes tipos de práticas.

Procurou-se analisar o Instituto de Assistência à Infância (1911-1939) relacionando o sentido de sua existência com o contexto da época (nacional e local) marcado por anseios advindos da República que buscava, naquele momento, se consolidar dentro dos sujeitos, sobretudo cidadãos, e também nos espaços sócio-institucionais.

Focaliza-se a estrutura organizacional do instituto e seu *modus operandi* na intenção de perceber os critérios de admissão das crianças neste espaço e as condições e a natureza do assistencialismo praticado.

Optou-se como sujeito da pesquisa a criança submetida a condições de vida conceituada como pobre ou miserável pelos sujeitos da elite maranhense, mas que vivia sob uma estrutura familiar, ou seja, estava sob a responsabilidade de algum adulto, a quem era incumbido a matrícula na referida instituição devendo ter, ainda, um endereço fixo que permitisse a assistência médica domiciliar.

É importante fazer este esclarecimento para que não se confundam os sujeitos desta pesquisa com crianças abandonadas, também recorrente no contexto de época, mas que eram, geralmente assistidas nas *Rodas e Casas de Expostos*, existentes em São Luís, até o ano de 1946.

Concebeu-se a *assistência social* a partir de múltiplas referências (VENÂNCIO, 1999; MARCÍLIO, 2005; MOURA, 2003), mas pode-se destacar aqui a concepção lançada pela historiadora Vera Lúcia Braga de Moura na sua dissertação “*Pequenos Aprendizes: Assistência à Infância Desvalida em Pernambuco no século XIX*”, defendida no ano de 2003 na Universidade Federal de Pernambuco. Para esta estudiosa, a *assistência social* refere-se a uma expressão nascida na segunda metade do século XIX, com o objetivo de amparar os chamados menos favorecidos da sociedade. Nesse sentido, esta categoria pauta-se no referencial da sociedade capitalista, na construção de um projeto de orientação e amparo àqueles considerados, na ótica do sistema, *ignorantes e incapacitados*, física e psicologicamente, para que sejam integrados à sociedade como indivíduos produtivos (MOURA, 2003) tendo como princípio o saneamento dos corpos e mentes destes sujeitos (FOUCAULT, 2005).

Toma-se, também, como foco de análise a construção e efetivação de um projeto de normalização da cidade e sociedade do início do século XX tendo a medicina enquanto instrumento de viabilização da ordem urbana. A medicina manifesta-se, sobretudo, através do higienismo e eugenia concepções que pretendiam fazer frente à degeneração social pela via da prevenção. Dessa forma, busca-se abordar a relação da intensidade do

discurso médico nas práticas assistenciais da instituição direcionada à infância pobre ludovicense.

2 CARIDADE E FILANTROPIA NA ORDEM REPUBLICANA LUDOVICENSE

Os discursos e práticas de assistência às crianças desvalidas ou abandonadas ganharam, no curso da história nacional, variados contornos e sentidos. Múltiplas visões, situadas historicamente, foram produzidas para dar sustentação às práticas de atendimento aos “pequenos”. Neste sentido, é preciso, antes de perceber a assistência praticada, compreender quem gera, sobre que intenção e pautado em que ideário se edifica a estrutura de “proteção”.

A compreensão da temática parte das de relações entre os conceitos de infância, assistência (via medicina social, puericultura, higienismo e eugenia), pobreza urbana e controle social. São sobre estes pontos conceituais que se construiu as análises aqui realizadas.

Para penetrar no estudo da “infância desvalida” é necessário, inicialmente, perceber os sentidos e as práticas de abandono no seio da camada popular no início do século XX. Neste sentido, lança-se à tentativa de compreender as mudanças que se dão em termos de assistência às crianças e também em relação aos atores sociais que se debruçam a desenvolver as ações de cunho assistencialista, sejam elas caritativas ou filantrópicas.

O assistencialismo, em suas primeiras manifestações, assume um caráter eminentemente caritativo¹. A concepção cristã que permeia a história desde o medievo alcança os séculos XVII, XVIII e XIX e tem na Igreja Católica e ordens religiosas o *lócus* de efetivação da beneficência.

Inicialmente, era comum o abandono de recém-nascidos em portas ou altares de Igrejas, conventos e mosteiros. Tal prática, no entanto, toma nova forma com o surgimento das “Rodas dos Expostos”², no início do século XVIII, que, institucionalizando o ato do abandono (MARCÍLIO, 1996), criam locais especializados de depósito de crianças nas denominadas “Casas de Expostos”.

¹ A assistência à infância no Brasil obedece a um percurso calcado em três fases distintas. O primeiro momento, que compreende o período de transição da Colônia ao Império, é caracterizado pelo predomínio das instituições religiosas guiados pelos princípios da caridade cristã. A Igreja, dessa forma, conduz ações respondendo às demandas sociais dos variados setores, nesse contexto insere-se a “Roda dos Expostos” que, segundo a historiadora Maria Luiza Marcílio (2001, p.53), “quase por século e meio foi praticamente a única instituição de assistência a criança abandonada em todo o Brasil”.

² A roda, “aparelho no formato de um cilindro e incrustada no muro dos asilos” (RIZZINI, 2003, p.11), obedecia a múltiplas necessidades. Para Leite (1996), os governantes a criavam com o objetivo de salvar a vida de recém-nascidos abandonados para encaminhá-los depois para trabalhos produtivos e forçados.

A Roda de Expostos de São Luís³ fora administrada pela Irmandade da Misericórdia e objetivava acolher a criança abandonada e garantir o anonimato dos pais dos abandonados. Anexa à igreja de São Pantaleão, acolhia, segundo Olavo Correia Lima (1951), além de crianças expostas, as recolhidas (asiladas por caridade) e as pensionistas. O governo financiava os alimentos, a Santa Casa mantinha as recolhidas e as pensionistas contribuía com a mensalidade de quarenta e cinco mil réis. Fica claro, portanto, que a caridade empreendida pela Igreja era subsidiada pelo Estado, tal fenômeno será também visualizado no limiar do século XX com a iniciativa filantrópica⁴.

O segundo momento é caracterizado pelo crescimento do interesse acerca da família e da criança por parte de políticos, médicos, e juristas a partir de meados do século XVIII. Critica-se o modelo caritativo das “rodas dos expostos” em favor de um discurso de “racionalização da assistência através da intervenção do Estado” (RIZZINI, 1993, p. 22).

O Maranhão em relação a este fenômeno manter-se-á na postura de transposição de modelos de assistência praticada pela então capital do Brasil, o Rio de Janeiro. Importa-se, portanto, padrões e discursos reproduzidos pela elite intelectual do sudeste.

Esta fase prepara as condições necessárias ao terceiro momento, considerado extremamente rico em movimentos e práticas assistenciais. A ordem republicana permite o florescimento de um contexto propício à proteção da infância, uma vez que concepções acerca da natureza e do papel desta para o “mundo modernizado” avançavam continuamente. É neste contexto, segundo Irma Rizzini (1993) que a medicina social representada pelo higienismo penetra vorazmente no tecido social, influenciando discursos e ações de assistência às crianças desfavorecidas.

O higienismo e eugenia representam a perspectiva de limpeza e eliminação da degradação social encarnada na pobreza e abandono moral das crianças. As medidas higiênicas presentes em instituições de assistência e/ou de educação pretendem expurgar a vagabundagem, o vício e o crime da *urbs*.

As crianças pobres, em condição de rua ou não, tornam-se problemas para as autoridades, tanto pelo temor do desvio, visto como hereditário ou “condição natural” de classe, quanto pela “sujeira estética” que provocam num tempo-espaço onde as palavras de ordem são progresso, urbanização e modernização.

³ Em São Luís, a exposição de crianças através da roda de enjeitados dar-se a partir de 1829, quando o presidente Pedro José da Costa Barros estudava a possibilidade de realizar na Santa Casa de Misericórdia, melhoramentos necessários. O recurso para sua fundação saiu da doação de dois contos de réis do viúvo de dona Ana Joaquina Jansen quando de sua morte (LIMA, 1951).

⁴ A Roda ludovicense sobreviveu até 1946 convivendo com a difusão das concepções médico-higienista e o filantropismo científico grandes opositores da forma caritativa-religiosa de assistir crianças desvalidas.

A preocupação com a infância nos meios médico e jurídico do início do século (XX) está intimamente relacionada ao projeto de normalização da sociedade, defendido por representantes das elites intelectuais, econômicas e por autoridades do país. O que se pretendia era eliminar as desordens de cunho social, físico e moral, principalmente, nos centros urbanos (RIZZINI, 1993, p. 19).

O espaço de onde emanam estes discursos refere-se basicamente às primeiras décadas do século XX, quando as indústrias entram em franco crescimento e as cidades acompanham este ritmo. Em outras palavras, “a urbanização descontrolada dará suporte para o desenvolvimento da medicina social do país”. (RIZZINI, 1993, p. 20). É neste ambiente que são gestadas, então, as instituições de assistência pública, entendidas aqui também como órgãos de controle e normatização de comportamentos.

Esboçam-se assim, inicialmente, políticas sociais elaboradas pela iniciativa privada de caráter filantrópico. Criam-se então os institutos de proteção e assistência à infância, primeiramente em 1901, no Rio de Janeiro, que expande seu modelo em diversas partes do país, inclusive em São Luís, dez anos depois.

Fundado pelo médico Artur Moncorvo Filho⁵, o Instituto de Assistência à Infância do Rio de Janeiro visava atender às crianças pobres de até 14 anos, além de gestantes e amas de leite. Pretendia-se, portanto, cuidar da saúde da infância, além da moral, uma vez que os grandes temores das classes privilegiadas eram a mortalidade infantil e a criminalidade.

Busca-se assim, partindo da perspectiva eugênica, evitar o processo de “degenerescência” (RIZZINI, 1993, p. 22). Esta se refere ao impedimento social, que passava pela preocupação no início do século XX da própria constituição étnica do brasileiro, construída sobre a miscigenação. Sobre isto, o movimento eugênico, que ganhou adeptos na intelectualidade nacional nas três primeiras décadas do século XX, buscava prevenir, ou melhor, sufocar o aparecimento dos traços característicos da mistura étnico-cultural objetivando alcançar a pureza racial.

Referente à infância pobre, a eugenia tentava afastar a criança de um contexto sócio-familiar conturbado, permeado pelo alcoolismo, prostituição, criminalidade entre outros. Toma-se como objetivo, desta forma, normatizar o ser social, moldando-o a um padrão de conduta moralmente aceitável para a época.

⁵O médico-puericultor Moncorvo Filho foi um dos precursores do movimento pró assistencialismo médico aos infantes pobres da então capital do Brasil, o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX.

3 O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO MARANHÃO (1911-1939)

O processo de criação do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão, sediado na capital São Luís, como nos grandes centros urbanos do Brasil - Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador - iniciou-se no círculo de discussão das elites.

Dentro da redação do jornal *A Pacotilha* são lançados os primeiros ecos em prol da “infância desvalida”. A iniciativa, portanto, de discussão e elaboração de um plano de ações para ser efetivado emana de um seleto grupo de médicos, intelectuais e damas da elite⁶, que defendem a responsabilização de todos pelas questões acerca da infância, saúde e pobreza, como forma de resguardar a ordem e progresso desta sociedade ludovicense que busca atingir o *status* de civilizada, no limiar do século XX.

O Instituto de Assistência à Infância do Maranhão é, portanto, uma entidade nascida do âmbito privado. Não se referindo mais, pelo menos no plano teórico, à caridade que marca instituições católicas de amparo às crianças pobres e abandonadas como as Rodas dos Expostos, Casa dos Expostos e Asilos de órfãos do século precedente, busca instaurar um modelo de assistência filantrópica que passava pelo cuidado e normatização de costumes tanto das crianças pobres quanto de suas famílias.

A presença de um grande número de pessoas no evento de fundação⁷, num local representativo do poder do Estado, denota que apesar da iniciativa privada há um diálogo com a instância pública mesmo que rarefeita. Nesta ocasião foi escolhida a primeira diretoria do Instituto, sob a presidência do Cel. Frederico Filgueiras, antecedida de discursos calorosos proferidos por Fran Paxeco e Cesário Arruda acerca da condição de cuidado da infância pobre na capital e da necessidade de se apoiar a criação de uma instituição desta natureza. Estes discursos pretendiam atrair um número significativo de sócios doadores de recursos para a manutenção das atividades⁸ da instituição. Sobre isto, o artigo que noticiava a fundação afirmou que,

⁶ A idéia é oficializada numa das salas do referido jornal, em 10 de Agosto de 1911. Estiveram presentes nesta sessão, além do criador da idéia, Cesário Arruda, os médicos Lima Aguiar, Carlos Fernandes, Tarquínio Lopes Filho, Aníbal de Andrade, Paulo Carvalho, José Murta e os Srs. José Barreto, Domingos Barbosa, Luso Torres, Fran Paxeco, Frederico Filgueira e Agostinho Reis (LIMA, 1951). Era um grupo diverso, porém pertencente ao mesmo círculo de abastados da capital ludovicense, que lançara a discussão e demarcação clara e precisa dos objetivos da instituição

⁷ O Instituto encontrou sede definitiva a 7 de Setembro de 1911 num prédio de dois pavimentos à Avenida Rio Branco nº 308, doado pelo presidente Luís Domingues, então governador do Estado do Maranhão, após sensibilizar-se pelo discurso proferido pela menina Floripes de Carvalho que abordando “o suplício das criancinhas” e falando em vosso nome, comoveu o referido presidente que “ergueu-se enternecido, abraçando-a e hipotecando-nos o seu assentamento”. (LIMA, 1951).

⁸ Em 1913, o Instituto mantinha os seguintes serviços médicos: *Dispensário, Creche, Hospital de Crianças Moncorvo Filho, Maternidade Benedito Leite e Gabinete Odontológico*, e , em 1915, uma *farmácia*. O Dispensário pertencia à estrutura de funcionamento do Instituto, referindo-se a uma espécie de ambulatório de medicina infantil atendendo às crianças matriculadas com idade de até 14 anos. Neste espaço as crianças eram atendidas com consultas, injeções, curativos, ortopedias, atestados de saúde e cirurgias. Além disso, recebiam consultas no Instituto ou em domicílio, conforme gravidade da moléstia, sendo que as receitas eram dirigidas às farmácias particulares (Caldas, Confiança, Minerva, Normal, Rabelo, João Vital, Francesa, São José e Esculápio), em 1915, esta atividade passou a ser assumida pela farmácia interna da instituição (LIMA, 1915).

Os auspícios sob que aparece está por demais louvável associação levam-nos a prever-lhe um êxito completo. A estatística demógrafo-sanitaria de S. Luiz, em que se acuzava uma compungente morti-natalidade, obrigará todas as pessoas bondozas, e até as indiferentes, a colaborar na mais que benemerita e prometedora tentativa. (A PACOTILHA, 21 AGOSTO DE 1911)

Sobre a condição financeira do instituto, é importante frisar que a origem dos recursos era diversa. Advinham de donativos, “presentes, sêlos caritativos, festivais, loterias federais, impôsto de caridade federal, contribuição de sócios, principalmente das Damas de Assistência, renda de pensionistas parturientes, da creche, da Escola de Enfermagem” (LIMA, 1915, p.114). Além, é claro, das subvenções oficiais que vinham da parte da União, do Estado e do Município que constituía uma importante força de sustentação para o trabalho do Instituto. Sobre isso, o relatório da instituição elaborado em 1917 chega a afirmar que “(...) ser-nos-ia bem difícil prosseguir a marcha, não obstante o poderoso amparo dos governos federal, estadual e municipal, cujos subsídios muitíssimo teem concorrido, também, para valer as indescritíveis misérias, enxugando inúmeras lágrimas” (RELATÓRIO DE 1917). Apesar disso, o governo, principalmente das esferas estadual e municipal, mostra-se oscilante na regularidade da oferta de recursos tanto que, em 1925, Lino Machado, integrante do conselho administrativo do Instituto, lançará duras queixas quanto ao “desinteresse dos governantes” afirmando que:

seria também, (oh, doloroso contrastel), acentuar, com traços negros, a desorientação dos espíritos doentios, de paranóicos governantes, que tentam fechar as portas dessa divina instituição, privando-a das subvenções que num gesto de justiça lhes foram concedidas pelo Congresso do Estado (LIMA, 1951, p.115).

A presença restrita do Estado neste projeto denota a característica do tempo em que este tipo de responsabilidade não era assumida de forma oficial. Cabia ao governo demarcar subsídios para as políticas de caridade e filantropia financiando ações de cunho privado. A entrada do Estado de forma direta dar-se-á mais fortemente a partir de 1937 quando que há uma penetração maciça das questões sócio-assistenciais na plataforma oficial (MARCÍLIO, 2006) com a implantação do Estado Novo, por Getúlio Vargas.

Segundo Olavo Correia Lima (1955), em 1930, o Instituto de Assistência à Infância mostrava sinais de decadência. Tal assertiva se deve às condições econômicas da instituição, que tinha como recursos de sustentação maior as subvenções oficiais, além disso, pouco era o crescimento do quadro de sócios “benfeitores”, que, em 1938, contava com o reduzido número de 52. Com isto, a estrutura de funcionamento entrara em amplo desarranjo. Muitas normas do instituto, no que diz respeito às crianças pobres, mostravam marcas de pouca eficiência.

As eleições se precediam sem obediência aos estatutos, apesar da casa possuir um patrimônio de mais de trezentos contos, não tinha escrita regular, e finalmente não mantinha os serviços de outrora e os que restavam não apresentavam a eficiência técnica dos melhores dias de vida do Instituto. (LIMA, 1951, p.120).

Assinala-se, a partir daí, no contexto maranhense a chamada terceira fase da história social da infância, elaborada por Marcílio (2006), denominada também de estatização do cuidado. O Estado do Maranhão passa a intervir, em 1935, assumindo o Instituto que é entregue provisoriamente à orientação técnica da Saúde Pública (LIMA, 1951). A intervenção estatal é estendida a todos os setores da instituição, inclusive a Associação das Damas da Assistência que continuava com a mesma estrutura e componentes.

O Instituto de Assistência à Infância do Maranhão é transformado em Associação de Assistência e Proteção à Infância em 1939. Declara-se, portanto, o fim da instituição tomada agora como parte das políticas de proteção e cuidado da infância de caráter público estatal. Sobre esta mudança, o médico Olavo Correia Lima faz um desabafo sobre a estatização da assistência à infância, percebida enquanto prejuízos para a prática filantrópica. Segundo ele,

O Instituto quase nada lucrou com a intervenção oficial. O número de sócios diminuiu e os poucos áulicos que entraram logo deixaram de contribuir: a entrada de novos sócios não ficou menos difícil, pois o autor destas linhas, não conseguiu associar-se à casa, apesar de ser pediatra e de suas relações pessoais. A Associação das Damas de Assistência teve a mesma sorte. Os serviços clínicos não se ampliaram nem deixaram de viver sem extrema dificuldade. Os tempos estavam mudados. Esmaecera o interesse dos maranhenses em contribuir individualmente à obra de tal natureza; os médicos não mais praticando a medicina dos 3P, vão mais e mais exigindo remuneração pelos seus serviços. Diminuindo as liberdades civis, o governo vai sendo obrigado a assumir as responsabilidades dos problemas sanitários e assistenciais. (LIMA, 1951, p.120)

Percebe-se, então, o sentimento de perda que carrega as palavras do médico contemporâneo ao instituto. O tom de desabafo pode ser justificado também pela supressão da participação privada, ou melhor, da elite principal interessada no exercício do “melhor controle sobre a sociedade, como pondera Foucault”. A filantropia “de elite” pretendia, assim, “preparar o homem higiênico (capaz de viver bem nas grandes cidades, em boa forma e com boa saúde) formar o bom trabalhador, estruturar o cidadão normatizado e disciplinado” (MARCÍLIO, 2006, p. 207).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada do Estado na proposta filantrópica marca o movimento de superação, em termos discursivos, da “caridade oficial” para o desenvolvimento da “assistência pública”, mas condizente com o regime republicano. Para Rizzini (1993), o investimento estatal na assistência não visava, contudo, ocupar o lugar da beneficência privada ou inibir qualquer iniciativa deste tipo. O controle do Estado visava, assim, somar novos valores à assistência cimentando e difundindo, sobretudo a moral burguesa da ordem, disciplina, trabalho e liberdade como ideologia oficial de busca de “unidade moral”.

Utilizou-se das concepções e instrumentos da higiene e eugenia já estruturadas na filantropia privada. Aproveitou-se, portanto, do modelo estabelecido para construir sua marca assistencial.

Tendo por meta ‘o preparo de uma gente sadia’ no sentido de ‘eugenia de um povo’, a assistência pública recorrerá a instrumentos difundidos pela filantropia médica, tais como ‘disseminação dos socorros de puericultura’ e a ‘propaganda da higiene infantil’. À ‘classe médica brasileira’ estaria reservado um lugar de destaque no desenvolvimento da assistência pública, pois o médico promove não só a saúde física dos indivíduos, mas também, ‘são os colaboradores eficientes, verdadeiros dirigentes na luta pelo engrandecimento material e moral do país. (RIZZINI, 1993, p. 95).

A diferença marcante estaria na definição da assistência pública como promotora de uma economia igualmente pública que ativasse o trabalho e a indústria enquanto viabilizadores do progresso da pátria. O pobre, principalmente, a criança, dentro da ideologia do “futuro da nação”, passam a ser oficialmente tutelado pelo Estado e isto é percebido na difusão de inúmeras instituições, declarações, legislações e regulamentos que abordam a assistência à camada despossuída.

REFERÊNCIAS

A PACOTILHA. 21 de Agosto de 1911.

FOUCAULT, Michel.. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2005.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA. **Relatório de 1917.** Maranhão: J. Pires, 1918.

LIMA, Olavo Correia. **História da Assistência à Infância no Maranhão.** Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Maranhão. Ano XXVIII. Agosto de 1951, nº 3.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A roda dos Expostos e as crianças abandonadas na História do Brasil 1726-1950.** In: FREITAS, Marcos César de (org.). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOURA Vera Lúcia Braga de. **Pequenos Aprendizes: Assistência à Infância em Pernambuco no século XIX**. (Dissertação de Mestrado em História na UFPE). Recife, 2003.

PAXECO, Fran. **Geografia do Maranhão**. São Luís: Typografia Teixeira, 1922.

RIZZINI, Irma. **História da Assistência no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1993.

ROCHA, Semiramis Melo. **Puericultura e Enfermagem**. São Paulo: Cortez, 1987.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.